

14 nov 2013 / 16:36

Recortes de imprensa

José Brandão, pianista e professor da Escola de Música do Conservatório Nacional, disse à agência Lusa que vai no seu 14º contrato sucessivo e "não tem quaisquer perspetivas de acesso ao quadro da escola".

Lamentou que o primeiro concurso de acesso aos quadros, realizado em julho, tenha deixado de fora a maioria dos lugares disponíveis e adiantou que com "quase 50 anos e a este ritmo de abertura de concursos" entrará no quadro eventualmente dentro de 20 anos.

Por seu lado, Francesco Sammassimo, 39 anos, professor de oboé no Conservatório de Música de Coimbra disse à agência Lusa que é contratado há 15 anos, como cerca de 60 por cento dos professores daquela escola.

Esta política "não defende a escola pública, é a favor da escola privada, o que é muito perigoso porque é discriminatória", disse.

Preocupado com os efeitos da instabilidade da situação dos professores no trabalho com os alunos, Francesco Sammassimo, vê nestas medidas "uma tentativa clara de fragilizar a escola pública". / **Lusa, 14/11/2013**

Os docentes das escolas de ensino artístico especializado e dos conservatórios públicos, concentrados nesta quinta-feira à porta do Ministério da Educação, entraram no edifício para entregar uma carta. Entraram para cantar a *Grândola* e saíram a cantar *Acordai*.

Os professores do ensino artístico tinham prometido que se fariam "ouvir" no protesto agendado para esta quinta-feira. Assim, pelas 12h40, ocuparam o ministério da educação cantando *Grândola Vila Morena*. Após alguns minutos de ocupação, desmobilizaram perante a exigência da marcação de uma reunião com o secretário de Estado. Saíram cantando *Acordai* de Fernando Lopes Graça.

"Este ano, a situação destes professores conheceu uma situação ainda mais grave quando estes docentes, que obrigatoriamente, terão de ser anualmente contratados diretamente pelas escolas, viram adiada a data da sua colocação para data posterior à de abertura do ano letivo e, posteriormente, souberam que o MEC, ao contrário do que acontecia nas demais escolas públicas, não permitia que o seu contrato produzisse efeitos a 1 de setembro, com todas as implicações que disso advêm, nomeadamente a perda do direito a manterem-se subscritores da CGA, sendo automaticamente transferidos para a Segurança Social", explica o comunicado da Federação Nacional dos Professores (FENPROF). / **Público, 14/11/2013**